Ao Juízo da Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais

Comarca da Capital – SC

AUTOS N° 5054476-48.2024.8.24.0023

Recuperação Judicial

Wac Importação e Exportação Ltda. [em Recuperação Judicial], já qualificada nos autos da Recuperação Judicial em epígrafe, por seus procuradores, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao evento 314, informar e requerer o segue.

1. O bem penhorado é um porta paletes modular galvanizado, utilizado na organização de materiais usados na produção dos produtos comercializados pela Recuperanda, conforme se verifica no auto de penhora.
2. Sabe-se que o comando proferido pelo citado Juízo fere não somente o disposto no § 4º, do art. 6º, da Lei n. 11.101/05, como também tudo o que restou consignado por este D. Juízo Recuperacional ao deferir o processamento da presente Recuperação Judicial (Evento 14), especialmente no que concerne à ratificação de sua exclusiva competência para deliberar sobre a prática de atos constitutivos e expropriatórios que atinjam o patrimônio da Recuperanda.
3. Outrossim, resta consolidado no âmbito do C. Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que os atos expropriatórios que reduzam o patrimônio de empresas em Recuperação Judicial **não podem ser realizados sem o crivo do Juízo Recuperacional**, sob pena de inviabilizar o processo de soerguimento enfrentado pela empresa em recuperação.

São Paulo / SP

Rua do Rócio, 350
Ed. Atrium, IX, Cj. 51
Vila Olímpia, CEP 04552-000

Curitiba / PR

Av. do Batel, 1647
Ed. Landmark, Batel, sala 804
Batel, CEP 80420-090

Florianópolis / SC

Rod. José Carlos Daux, 5500
Torre Jurerê A, sala 413
Saco Grande, CEP 88032-000

4. Em outubro de 2024, a Recuperanda já havia noticiado este MM. Juízo acerca da penhora deste bem (evento 154), oportunidade que o Ilmo. Administrador Judicial manifestou-se acerca de sua essencialidade (evento 173), veja-se:

[...]

A Administradora Judicial verificou que o bem constrito é utilizado no processo da empresa, de modo que deve ser reconhecido como essencial.

[...]

ANTE O EXPOSTO, esta Administradora Judicial opina pelo deferimento do pedido de ev. 154, para que seja reconhecida a essencialidade do “porta pallet modular galvanizado” constrito na Execução Fiscal de autos nº 5015110-06.2018.4.04.7200/SC em trâmite perante a 7ª Unidade de Apoio em Execução Fiscal (RSPOA16) – Seção Judiciária de Santa Catarina, e deferido o pedido de impossibilidade de retirada do bem da sede da Recuperanda, com a expedição do ofício respectivo.

5. Neste sentido, já foram proferidas várias decisões, especialmente em sede de Conflitos de Competência, veja-se:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA DEFERIMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MEDIDAS DE CONSTRIÇÃO DO PATRIMÔNIO DA EMPRESA CRÉDITO EXTRACONCURSAL. CONSTRIÇÃO INDIRETA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. Os atos de execução dos créditos promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, sob a égide do Decreto-Lei n. 7.661/45 ou da Lei n. 11.101/05, bem como os atos judiciais que envolvam o patrimônio dessas empresas, devem ser realizados pelo Juízo universal. 2. Ainda que o crédito exequendo tenha sido constituído depois do deferimento do pedido de recuperação judicial (crédito extraconcursal), a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que, também nesse caso, o controle dos atos de constrição patrimonial deve prosseguir no Juízo da recuperação. Precedentes. 3. Declarada a incompetência do Juízo laboral para prosseguir com a execução e reconhecida a competência do Juízo da recuperação, caso seja de seu interesse, incumbe ao credor-exequente diligenciar junto a este, no intento de satisfazer e viabilizar sua pretensão executória. 4. Agravo interno não provido. (PET no CC 175.484/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/04/2021, DJe 20/04/2021). (Sem grifos no original).

6. Independentemente da natureza do crédito, é evidente que não se pode realizar atos de constrição e expropriação que coloquem em risco a continuidade da empresa ou a finalidade da Recuperação Judicial, pois isso prejudica a preservação do agente econômico e sobrecarrega o devedor que busca sua reabilitação econômica.

7. Neste caso, considerando que o bem é utilizado diariamente nas atividades da Recuperanda, pugna pelo reconhecimento da essencialidade, impedindo que o bem seja retirado da posse da empresa, porquanto de primordial utilidade para suas atividades.

8. Face ao exposto, **REQUER** a Vossa Excelência que reconheça a essencialidade do bem, determinando-se que o bem permaneça na posse da empresa, sendo expedido o competente ofício ao MM. Juízo dos autos de n. **5015110-06.2018.4.04.7200**, determinando-se que esse se abstenha de praticar qualquer ato que enseje na retirada do bem penhorado da posse da Recuperanda sem a prévia consulta desde MM. Juízo.

Florianópolis/SC, 10 de junho de 2025.

Felipe Lollato

OAB 19.174/SC

Francisco Rangel Effting

OAB 15.232/SC

Lauana Ghorzi Ribeiro

OAB 37.139/SC

Mayara J. Cadorim

OAB 47.039/SC